



Anais da Assembleia

Nº 39

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE MAIO DE 1980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 1980

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Mário Celso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, voto de pesar pelo falecimento do jovem ULISSES VIDAL DOS SANTOS, ocorrido no dia de ontem em nossa Capital. Requer, outrossim, que se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1980.

(a) JURANDIR MESSIAS.

JUSTIFICATIVA:

Ulisses Vidal dos Santos, jovem bancário, desaparece de nosso convívio tão prematuramente, deixa uma enorme lacuna entre seus parentes e amigos e junto à juventude de nossa cidade, e, que dificilmente será preenchida.

Era filho do Coronel Ralph Sabino dos Santos, nosso Companheiro e pessoa de grande conceito em nosso meio, ex-Chefe da Casa Militar do Governo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER à Mesa, na forma regimental, a consignação de um voto de pesar pelo prematuro falecimento do jovem Ulisses Vidal dos Santos, filho do Coronel Ralph Sabino dos Santos, ex-Chefe da Casa Militar do Governo do Estado e da Dona Nora Vidal dos Santos.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1980.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo passamento do jovem Ulisses Vidal dos Santos.

Requer, outrossim, após aprovação do presente, dê-se ciência à família enlutada, na Rua Alberto Folini 619, apartamento 402, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do prestante cidadão pontagrossense ANTONIO MACIEL, ocorrido em 28 de abril último, na Cidade de Ponta Grossa.

A sua morte deixou uma grande saudade no seu rol de amizade.

É mister, portanto, que esta Casa Legislativa também se associe ao luto pelo falecimento de tão ilustre figura.

Requer igualmente, que esta mensagem de condolência desta Casa seja apresentada à família enlutada na pessoa de seus familiares.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1980.

(a) DAVID FEDERMANN.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa a consignação de um voto de pesar pelo falecimento, em Curitiba, aos 80 anos de idade, do Professor Francisco Alberto de Castro.

Dedicado inteiramente à educação, nos níveis secundário e universitário, o pranteado Professor Francisco Alberto de Castro foi mestre de destacados homens públicos do Paraná, seja lecionando as cadeiras de Química e Matemática no Colégio Novo Ateneu e Ginásio Paranaense, seja como professor Catedrático de Química, dos cursos de Química e Engenharia da Universidade Federal do Paraná durante as décadas de 1930-40-50 e 60.

Pela sua formidável contribuição à Universidade Federal do Paraná, em 1967, por decisão unânime, foi-lhe conferido o título de Professor Emérito da excelsa instituição universitária paranaense.

O Professor Francisco Alberto de Castro era casado com Dona Bertha de Castro e pai de Beatriz, Luiz Alberto, Francisco, Nilton e Marcus Aurélio, este último, colaborador dos mais destacados da administração pública do Estado.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1980.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO GÔAS, ocorrido em União da Vitória.

O extinto era funcionário aposentado da Rede Ferroviária Federal e deixa consternação ao seu grande círculo de amizades, bem como à família tradicional daquele município.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Rua Santos Dumont, n.º 436 em União da Vitória.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1980.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARIA NEVES LEME, ocorrido em União da Vitória, no último dia 26 de abril p.passado.

A extinta era esposa do Cirurgião Dentista CÍCERO LEME, de tradicional família daquele município e deixa enorme consternação no seio de sua família e a toda população de União da Vitória, pois tinha destacada participação na sociedade estando sempre presente em todos os movimentos em favor da coletividade.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Rua D. Pedro II, n.º 446 em União da Vitória.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1980

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor RENATO ANTÔNIO JOHNSON, Digníssimo Secretário dos Negócios do Interior, no sentido de que o mesmo gestione junto à TELEPAR, para a instalação de um sistema telefônico monocal, no Distrito de Santa Maria, Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1980.

(a) JURANDIR MESSIAS.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pitanga conta atualmente com seis (06) distritos de grande porte, mais a sede, e, dentre eles o de Santa Maria que ocupa uma das maiores áreas da região.

Com base nisto e o fato daquele distrito ficar distante mais de 40 km da Sede do município, e das medidas de economia tomadas pelo Governo, é que se faz necessária a instalação de um sistema telefônico monocal, uma vez que, a população daquela região, que ultrapassa a casa dos seis (06) mil habitantes, só possui o Correio Oficial na área das comunicações.

E, por ser o Distrito de Santa Maria, uma das regiões de nosso interior que se desenvolve dia a dia dentro do contexto sócio-econômico do Estado é que apresentamos este apelo por acharmos justas as reivindicações de nossos munícipes.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Senhor INGO HENRIQUE HUBERT, Diretor Superintendente da SANEPAR, no sentido de que, aquela Companhia de Economia Mista elabore, com a máxima urgência, planos e execução de serviços visando dotar as praias na área do território do Município de Paranaguá, com redes de distribuição de água potável.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1980.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

JUSTIFICATIVA:

Os balneários existentes na área do território do Município de Paranaguá vêm apresentando um fluxo de desenvolvimento bastante acentuado com o surgimento constante de novos loteamentos e conseqüentemente centenas de novas residências vão surgindo, tanto de moradores locais, como de veranistas, que buscam em períodos de férias ou em fins de semana, o repousante sossego para refazerem as energias dispendidas no cotidiano.

A par do desenvolvimento e na razão direta do mesmo, surgem os problemas e o mais grave é o da falta de água potável elemento essencial para a garantia da própria saúde da população.

Por estas razões apelamos à SANEPAR para que elabore estudos e a conseqüente execução dos serviços necessários visando a solução deste importante problema.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nivaldo de Almeida Neto, Digníssimo Secretário dos Transportes do Estado, no sentido de que se construa uma ponte ligando o Distrito de Altamira, Município de Palmital ao Município de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1980.

(a) JURANDIR MESSIAS.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Altamira, Município de Palmital, conta atualmente com mais de 8.000 habitantes, e sendo uma região essencialmente agrícola está carecendo de boas estradas e saídas para o transporte de sua colheita. E, por ser um sonho antigo dos moradores da região é que requeremos o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor NIVALDO DE ALMEIDA NETO, Digníssimo Secretário dos Transportes do Estado, no sentido de que se construa uma ponte ligando o Distrito de Altamira, Município de Palmital ao Município de Campina da Lagoa, facilitando assim, o escoamento da produção do município, diminuindo as distâncias a serem percorridas, ligando-o diretamente às principais rodovias, atendendo também ao programa de economia estabelecido pelo Governo do Estado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas prerogativas regimentais, REQUER seja dirigido apelo, em nome da Assembléia Legislativa ao Departamento da Aeronáutica Civil, do Ministério da Aeronáutica, no sentido de seja incluído o Aeroporto de Umuarama nas rotas aéreas comerciais do Estado e do País.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1980.

(a) ROMERO FILHO.

JUSTIFICATIVA:

O Aeroporto de Umuarama se acha inteiramente asfaltado, e preenche todas as condições técnicas necessárias para o recebimento dos aviões de carreira, das linhas comerciais. Em se tratando de região tomada de grande impulso desenvolvimentista, com significativo movimento de pessoas que viajam, não se justifica que Umuarama fique isolada do resto do Paraná, ainda mais quando o avião, além de ser o mais rápido e eficiente meio de transporte, trará considerável economia de combustível, pelo elevado número de veículos que deixará de trafegar nas estradas, com menor dispêndio de peças e acessórios e com menor risco de vida. Acresce que esse Aeroporto, quando com base apenas de terra, era constantemente utilizado pelos aviões comerciais, e, depois que recebeu o benefício do asfaltamento, houve a estranha suspensão de vôos para Umuarama. A solicitação é justa, e atende aos interesses do Paraná e do Brasil.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de louvor ao Sr. PADRE LUIS LUISE, pelo 28.º aniversário de permanência no Município de Cascavel.

No dia 4 de maio de 1952, chegava a Cascavel o Padre Luis Luise que seria o pioneiro do plantio da soja e do cooperativismo em nossa região. Foi fundador da Cooperativa Consolata (Cafelândia) e aqui construiu uma das mais vigorosas reputações tanto como pastor como na qualidade de colunista de jornais e cronista de emissoras de rádio. Atualmente, como padre da Paróquia do Parque São Paulo, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1980

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n.º 94/79, de sua autoria, que visa doar ao Município de PONTA GROSSA o imóvel que especifica, tendo em vista a aprovação por esta Casa, do Projeto de Lei n.º 207/79 - MENSAGEM GOVERNAMENTAL 161/79, que versa sobre matéria idêntica.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1980.

(a) DAVID FEDERMANN.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações aos Srs. ALCEU SPERANÇA e CARLOS SPERANÇA pela feliz iniciativa do lançamento de seu livro PEQUENA HISTÓRIA DE CASCAVEL E DO OESTE.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação prende-se ao fato de a presente obra reforçar o acervo Histórico Cultural de nosso Estado pelo conhecimento que traz a respeito da História e desenvolvimento de nosso Estado e do nosso povo.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o seguinte pedido de informações à Secretaria de Estado das Finanças.

1. A concorrência realizada pela COPEL, por delegação

da ELETROSUL, para a elaboração do Projeto Salto Segredo, contou com a pré-qualificação e participação de quantas empresas e quais foram elas?

2. As propostas mais baixas apresentadas na concorrência foram de que empresas?
3. Quais as razões que credenciaram a Empresa Milder-Kaiser, em precárias condições econômicas, a superar suas concorrentes nacionais e vencer a concorrência?
4. Qual o capital e a composição, bem como cópia dos balanços de 1977, 1978, 1979, da referida empresa?
5. Qual o montante da contratação do projeto para a construção da Usina de Salto Segredo?
6. Quais os funcionários da COPEL que, a qualquer título, recebem ordenados, gratificações ou serviços da referida empresa vencedora?

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1980.

(a) WALDYR PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O Poder Legislativo precisa tomar conhecimento do que está ocorrendo não só no serviço público direto, mas especialmente no indireto, cuja movimentação e contas vêm fugindo ao controle público.

Tornou-se notório que a empresa internacional Milder-Kaiser acabou recebendo esse projeto, no valor acima de setecentos milhões de cruzeiros, deslocando os vencedores reais, aqueles que apresentaram proposta inferior a sua, mesmo apresentando um passivo acima de trinta milhões, considerada, portanto, sem condições para garantir sua participação em obra pública de tal vulto.

O presente pedido de informações tem o objetivo de esclarecer a situação em causa, permitindo que este Poder se inteire do que houve naquela concorrência, e a quem está confiada o projeto de Salto Segredo.

Sabe-se que Salto Segredo representa uma das grandes iniciativas energéticas do Paraná e que será uma das maiores usinas do País. Ora, tal obra deve ser cercada de todas as precauções por parte do Governo do Estado, preservando os interesses fundamentais do Paraná.

Esta a razão que fundamentamos nosso pedido de informações.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que, após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco Ferreira Fontana, DD. Secretário da Indústria e Comércio do Paraná, no sentido de que Sua Excelência informe a esta Casa, sobre sua recente incursão para o exterior juntamente com representantes de outros órgãos vinculados àquela Secretaria, quais as indústrias e tecnologia de países estrangeiros foram objeto de pesquisas para se instalarem no Paraná, conforme foi anunciado pela imprensa.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1980.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Presidente da SANEPAR, visando urgentes medidas no sentido de ampliar a rede de água do Município de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1980.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

JUSTIFICATIVA:

A medida se faz necessária pois devido ao grande progresso alcançado por RIO NEGRO nestes últimos anos, tor-

nou-se obsoleta a rede de abastecimento de água da referida cidade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que sejam instalados postos telefônicos nas localidades de Barra Grande e Fazendinha, no Município de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1980.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

JUSTIFICATIVA:

As localidades citadas, devido a sua grande população e ao fato de serem afastadas do centro de Rio Negro, necessitam da instalação de posto telefônico pois em casos de urgência de comunicação com a sede do município não há outro meio que não ir pessoalmente.

A medida se faz necessária até pelo fator segurança, além de proporcionar aos moradores das duas localidades este grande benefício que é a comunicação via telefone.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 38/80

A Assembléia Legislativa do Estado

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de Juranda, com território desmembrado do Município de Mamborê, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

“Ao Norte, começa na linha da gleba número 15 com 22 e segue pelo Rio Comissário, confrontando com o Município de Goioerê; a Leste, por uma linha seca das Glebas números 21 e 22, até encontrar o Rio Ronquita, confronta com o Município de Boa Esperança; a Nordeste, pelo Rio Ronquita, até a cabeceira mais alta, e deste segue por uma linha seca até o Arroio Mecherical, confronta com o Município de Boa Esperança; a Sueste, pelo Arroio Mecherical, Rio Catatumba, Rio Sununu e Rio Goio-Bang, confronta com o Município de Mamborê, e pelo Rio Goio-Bang, com o Município de Campina da Lagoa; a Oeste, por uma linha seca, confronta com o Município de Ubatã; ao Sul, por uma Estrada velha, Juranda a Ubatã, confronta com o Município de Ubatã e a Oeste, por uma linha seca, com o rumo 009º00'N, confronta com o Município de Ubatã, com área aproximada de 10.400 alqueires ou 260,0 quilômetros quadrados.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1980.

(a) JURANDIR MESSIAS.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Juranda, no progressista Município de Mamborê, vem apresentando no decorrer dos últimos anos um desenvolvimento dos mais acentuados, ensejando largas perspectivas de uma próspera comunidade quer no campo social, econômico, cultural e político, ocasionando a sua laboriosa população o desejo de sua independência, a fim de que esse desenvolvimento não venha sofrer solução de continuidade, mas pelo contrário possa ocasionar novas fontes de crescimento para o nosso Estado.

Pela documentação que apresentamos, de acordo com a legislação federal e estadual, disciplinadora da matéria, podemos constatar estarem preenchidas as condições mínimas para que o progressista Distrito de Juranda venha despontar como uma nova comunidade em favor do crescimento de

nosso Estado.

Com isso apresentamos o presente projeto de lei que esperamos venha merecer o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados.

Ao final da sessão de ontem, Sr. Presidente, incidentes aqui ocorreram por força quem sabe Senhor Presidente, da inadvertência do eminente Sr. Deputado que exercia a Presidência, no cair da sessão de ontem. Foi cerceada a palavra, em questão de ordem, a Deputados, e encerrada a Sessão sem a menor consideração à petição de palavra pela ordem.

Faço um apelo à Mesa, principalmente a Vossa Excelência que tem sido norteador dos mais democráticos e seguros desta Assembléia, para que evite o agravamento das tensões, nos relacionamentos do exercício parlamentar desta Casa.

De outra parte, Sr. Presidente, volto à tribuna hoje, para mostrar ao eminente Sr. Deputado Líder do Governo, Erondy Silvério, quando dizia ontem, e venho contestar que este Deputado faltava com a verdade, ao declinar números relativos ao vencimento de funcionários públicos estaduais. Acusava ainda de distorcer os números e de tentar enganar. Lamentavelmente pareceu-me que o Deputado Líder do Governo, desconhece a realidade do funcionalismo público estadual e para que não fique apenas a dizer que o funcionário público até o nível 16 tem um vencimento básico inferior ao salário mínimo previsto pela Constituição, exibo, no mínimo dois e há centenas, milhares de funcionários que ganham menos do que o salário mínimo.

Aqui está: nível 11 do Poder Executivo: Cr\$ 3.510,00 e o nível 16 ganha pouco menos do que o atual salário mínimo de Cr\$ 4.149,69.

É apenas para, não só contestar, a fala do eminente Deputado Líder do Governo, mas também para dizer que os jornais de hoje estão a declarar que a Associação dos Servidores Públicos do Paraná estão a reclamar um mínimo de 53,5 por cento de elevação salarial do funcionalismo público.

É uma realidade da qual nos servimos para fazer um apelo, não é para dizer apenas falar, apenas que há necessidade de elevação salarial do funcionalismo público estadual.

Acontece que não é possível, Sr. Presidente, o servidor público viver na discriminação de estar inclusive aqui neste Poder, fazendo manobras, requerendo diárias, buscando recursos que o próprio Estatuto prevê, de elevação indireta dos seus vencimentos, porque com o vencimento básico não há possibilidade de um servidor manter a sua família, e nem tão pouco de estar psicologicamente em condições de fazer um bom atendimento ao público.

Conheço vários desta Casa e de outros Poderes, do Executivo e do Judiciário, que além do seu emprego público, é preciso exercer cargos fora na iniciativa privada, como por exemplo, garçon, choferes de praça, e outros tantos. Há casos até, Sr. Presidente, de funcionário público exercendo a função de vigias noturnos. Isso é absolutamente insustentável, dizer que o Governo tem uma meta baseada no atendimento ao homem. Estamos aqui nesta tribuna, para contestar não só o Governo, mas o Líder do Governo, e fazer inclusive, um apelo a todos os Senhores Deputados, no sentido de pensar o Governo do Estado, de fazer gestões junto ao mesmo, principalmente àqueles que frequentam o Palácio no sentido

de dizerem e mostrarem ao Sr. Governador, números de que grande parcela do funcionalismo público estadual vive em estado de miséria.

É este o apelo, Sr. Presidente, que queria fazer.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado David Cheriegate, no Pequeno Expediente.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados (Lê):

“Ocupamos hoje a tribuna para abordar um assunto intimamente ligado ao cooperativismo da região que temos a honra de representar nesta Casa, juntamente com outros ilustres Parlamentares do oeste e sudoeste do Paraná.

Estamos tomando conhecimento - embora nada exista ainda oficialmente - de que a COTRIGUAÇU estaria disposta a transferir sua sede para a Capital do Estado, levada pelo desejo que teriam seus atuais dirigentes em manter mais estreito contato com os organismos públicos paranaenses e federais sediados em Curitiba. A transferência da sede da COTRIGUAÇU para a Capital teria sido, inclusive, tratada em recente reunião daquela central cooperativista que congrega nada menos que sete outras cooperativas singulares: Marechal Cândido Rondon, Toledo, Palotina, Cafelândia do Oeste, Medianeira, Capanema e Cascavel.

Quero, Sr. Presidente dirigir o meu apelo aos presidentes dessas cooperativas que formam a COTRIGUAÇU, aos delegados das mesmas e, também, aos órgãos do Governo do Estado ligados ao cooperativismo e, até mesmo, a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, para que isso não ocorra, sob risco da COTRIGUAÇU descaracterizar a sua fisionomia, as suas origens e suas finalidades eminentemente regionalistas, distanciando-se dos verdadeiros embriões que a formaram.

É perfeitamente compreensível que a poderosa empresa, eloqüente testemunho de vigor e da expansão a que vai atingindo o cooperativismo em nosso País, mantenha escritórios fora de sua sede que é Cascavel - para representar seus interesses. No entanto, para isso não se é preciso chegar ao ponto de promover a transferência de sua própria sede passando até a reformular seus Estatutos para adquirir outro foro

domiciliar.

A COTRIGUAÇU nasceu e cresceu no oeste e ali deve permanecer, fiel aos seus deveres, às suas tradições e ao seu grande destino, cada vez mais fortalecendo sua indispensável unidade com as cooperativas singulares.

Ainda recentemente, a Prefeitura de Cascavel cedeu uma área de terreno, no Distrito Industrial, para a COTRIGUAÇU implantar uma fábrica de beneficiamento da soja.

A história da COTRIGUAÇU, com seus lances dramáticos, que já ganharam dimensão nacional, e com as glórias do trabalho de seus milhares de associados, está profundamente arraizada em Cascavel e no Oeste paranaense. Não vemos, em absoluto, razões plausíveis que possam determinar a mudança de sua sede para a Capital do Estado.

Nós não estamos reivindicando a permanência da sede da COTRIGUAÇU somente em Cascavel, nós aceitaremos a sede em qualquer município da Região Oeste do Paraná, mas desde que ela permaneça na Região que a formou.

Fica aqui o nosso apelo aos atuais dirigentes daquela Central Cooperativista e aos presidentes das Cooperativas singulares e seus respectivos delegados para que prevaleça o bom senso nas decisões que possam ser tomadas com respeito a esta questão.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Devo, Sr. Presidente, nesta oportunidade ...

(TUMULTO NO PLENÁRIO)
(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando os Srs. Líderes dos blocos parlamentares, nesta Casa, para uma reunião no Gabinete da Presidência.

Levanta-se a sessão.